

7. COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

7.1. INTRODUÇÃO

Dentre os vários mecanismos de proteção ambiental disciplinados pela legislação brasileira e os instrumentos de fomentação econômica pela via sustentável implementados, pode-se destacar a compensação ambiental.

A Compensação Ambiental é um mecanismo financeiro de contrapartida pelos efeitos de impactos ambientais não mitigáveis. É imposta pelo ordenamento jurídico aos empreendedores, sob a forma de duas modalidades distintas: uma por ocasião do licenciamento ambiental dos empreendimentos que causem significativo impacto no meio ambiente e a outra pela efetiva reparação de um dano específico, causado pela atividade desenvolvida.

O empreendimento em foco consta da implantação e operação de uma Usina Solar estando este correndo de maneira sequencial pelos trâmites legais necessários ao licenciamento ambiental. Sendo assim, a compensação ambiental ocorre por ocasião do licenciamento conforme previsto e solicitado no Termo de Referência N°. 254/2012 COPAM-NUCAM emitido pela Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE.

De acordo com o Decreto Federal N°. 6.848 de 14 de maio de 2009, para fins de regulamentação da compensação ambiental, o qual alterou artigos do Decreto N° 4.340/2002, sendo este o decreto regulamentador da Lei N° 9.985/2000 que instituiu o Sistema Nacional das Unidades de Conservação - SNUC.

“Art. 31. Para os fins de fixação da compensação ambiental de que trata o art. 36 da Lei n° 9.985, de 2000, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA estabelecerá o grau de impacto a partir de estudo prévio de impacto ambiental e respectivo relatório - EIA/RIMA, ocasião em que considerará, exclusivamente, os impactos ambientais negativos sobre o meio ambiente.

§ 1º O impacto causado será levado em conta apenas uma vez no cálculo.

§ 2º O cálculo deverá conter os indicadores do impacto gerado pelo empreendimento e das características do ambiente a ser impactado.

§ 3º Não serão incluídos no cálculo da compensação ambiental os investimentos referentes aos planos, projetos e programas exigidos no procedimento de licenciamento ambiental para mitigação de impactos, bem como os encargos e custos incidentes sobre o financiamento do empreendimento, inclusive os relativos às garantias, e os custos com apólices e prêmios de seguros pessoais e reais.”

.....

Art. 31-A

.....

§ 2º O EIA/RIMA deverá conter as informações necessárias ao cálculo do GI.

.....

Art. 31-B. Caberá ao IBAMA realizar o cálculo da compensação ambiental de acordo com as informações a que se refere o art. 31-A.

7.2. O CÁLCULO DO VALOR DA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

O valor da Compensação Ambiental (CA) será calculado pelo produto do Grau de Impacto (GI) com o Valor de Referência (VR), de acordo com a seguinte fórmula:

$$CA = VR \times GI$$

O referido decreto apresenta em sua totalidade as fórmulas necessárias para o cálculo do Grau de Impacto Ambiental (GI). Todavia, as fórmulas serão aqui apresentadas para uma melhor compreensão do capítulo, a saber:

VR = somatório dos investimentos necessários para implantação do empreendimento, não incluídos os investimentos referentes aos planos, projetos e programas exigidos no procedimento de licenciamento ambiental para mitigação de impactos causados pelo empreendimento, bem como os encargos e custos incidentes sobre o financiamento do empreendimento, inclusive os relativos às garantias, e os custos com apólices e prêmios de seguros pessoais e reais.

7.2.1. Grau de Impacto (GI)

O Grau de Impacto pode atingir valores de 0 a 0,5%. Para se determinar seu valor deve-se utilizar a fórmula: **GI = ISB + CAP + IUC**, onde:

ISB = Impacto sobre a Biodiversidade;

CAP = Comprometimento de Área Prioritária; e

IUC = Influência em Unidades de Conservação.

7.2.1.1. Impacto sobre a Biodiversidade (ISB):

O ISB tem como objetivo contabilizar os impactos do empreendimento diretamente sobre a biodiversidade na sua área de influência funcional. Os impactos diretos sobre a biodiversidade que não se propagarem para além desta área não serão contabilizados para as áreas prioritárias. O ISB terá seu valor variando entre 0 e 0,25%.

Para se determinar seu valor, utiliza-se a fórmula:

ISB = (IM x IB (IA+IT)) / 140, onde:

IM = Índice Magnitude;

IB = Índice Biodiversidade;

IA = Índice Abrangência; e

IT = Índice Temporalidade.

O ISB para o empreendimento teve como resultado um índice igual a **0,042%** resultante da análise dos índices estabelecidos para o empreendimento de acordo com a fórmula acima.

7.2.1.2. Comprometimento de Área Prioritária (CAP):

O CAP tem por objetivo contabilizar efeitos do empreendimento sobre a área prioritária em que se insere. Isto é observado fazendo a relação entre a significância dos impactos frente às áreas

prioritárias afetadas. Empreendimentos que tenham impactos insignificantes para a biodiversidade local podem, no entanto, ter suas intervenções mudando a dinâmica de processos ecológicos, afetando ou comprometendo as áreas prioritárias.

Para se determinar seu valor, utiliza-se a fórmula:

CAP = (IM x ICAP x IT) / 70, onde:

IM = Índice Magnitude;

ICAP = Índice Comprometimento de Área Prioritária; e

IT = Índice Temporalidade.

O CAP terá seu valor variando entre 0 e 0,25%.

O CAP para o empreendimento teve como resultado um índice igual a **0%** resultante da análise dos índices estabelecidos para o empreendimento de acordo com a fórmula acima.

7.2.1.3. IUC: Influência em Unidade de Conservação:

A IUC varia de 0 a 0,15%, avaliando a influência do empreendimento sobre as unidades de conservação ou em suas zonas de amortecimento, sendo que os valores podem ser considerados cumulativamente até o valor máximo de 0,15%. Este IUC será diferente de 0 (zero) quando for constatada a incidência de impactos em unidades de conservação ou em suas zonas de amortecimento, de acordo com os valores abaixo:

- G1: parque (nacional, estadual e municipal), reserva biológica, estação ecológica, refúgio de vida silvestre e monumento natural = 0,15%;
- G2: florestas (nacionais e estaduais) e reserva de fauna = 0,10%;
- G3: reserva extrativista e reserva de desenvolvimento sustentável = 0,10%;
- G4: área de proteção ambiental, área de relevante interesse ecológico e reservas particulares do patrimônio natural = 0,10%; e
- G5: zonas de amortecimento de unidades de conservação = 0,05%.

Para a área da **Central Geradora Solar Fotovoltaica Tauá** a IUC teve valoração **Q** por não encontra-se em área de unidade de conservação, além dos seus impactos também não atingirem a UC Monumento Natural do Serrote Quinamuiú localizada no município de Tauá.

7.2.2. Índices de Avaliação

Os índices definidos pelo Decreto N°. 6.848/2009 constam dos seguintes intervalos:

7.2.2.1. Índice Magnitude (IM):

O IM varia de 0 a 3 (Quadro 11.1), avaliando a existência e a relevância dos impactos ambientais concomitantemente significativos negativos sobre os diversos aspectos ambientais associados ao empreendimento, analisados de forma integrada.

7.2.2.2. Índice Biodiversidade (IB):

O IB varia de 0 a 3 (Quadro 11.2), avaliando o estado da biodiversidade previamente à implantação do empreendimento.

7.2.2.3. Índice Abrangência (IA):

O IA varia de 1 a 4 (Quadro 11.3), avaliando a extensão espacial de impactos negativos sobre os

recursos ambientais. Em casos de empreendimentos lineares, o IA será avaliado em cada microbacia separadamente, ainda que o trecho submetido ao processo de licenciamento ultrapasse os limites de cada microbacia. No caso da usina será considerada a área de influência funcional inserida nas microbacias de drenagem intermitentes dentro da área diretamente afetada.

7.2.2.4. Índice Temporalidade (IT):

O IT varia de 1 a 4 (Quadro 11.4) e se refere à resiliência do ambiente ou bioma em que se insere o empreendimento. Avalia a persistência dos impactos negativos do empreendimento.

7.2.2.5. Índice Comprometimento de Áreas Prioritárias (ICAP):

O ICAP varia de 0 a 3 (Quadro 11.5), avaliando o comprometimento sobre a integridade de fração significativa da área prioritária impactada pela implantação do empreendimento, conforme mapeamento oficial de áreas prioritárias aprovado mediante ato do Ministro de Estado do Meio Ambiente.

Quadro 11.1 – Valores Referentes ao Índice de Magnitude

CENTRAL GERADORA SOLAR FOTOVOLTAICA TAUÁ – TAUÁ / CE

| Valor | Atributo |
|-------|---|
| 0 | Ausência de impacto significativo negativo |
| 1 | Pequena magnitude do impacto ambiental negativo em relação ao comprometimento dos recursos ambientais |
| 2 | Média magnitude do impacto ambiental negativo em relação ao comprometimento dos recursos ambientais |
| 3 | Alta magnitude do impacto ambiental negativo |

Quadro 11.2 – Valores Referentes ao Índice de Biodiversidade

CENTRAL GERADORA SOLAR FOTOVOLTAICA TAUÁ – TAUÁ / CE

| Valor | Atributo |
|-------|--|
| 0 | Biodiversidade se encontra muito comprometida |
| 1 | Biodiversidade se encontra medianamente comprometida |
| 2 | Biodiversidade se encontra pouco comprometida |
| 3 | Área de trânsito ou reprodução de espécies consideradas endêmicas ou ameaçadas de extinção |

Quadro 11.3 – Valores Referentes ao Índice de Abrangência

CENTRAL GERADORA SOLAR FOTOVOLTAICA TAUÁ – TAUÁ / CE

| Valor | Atributos para empreendimentos terrestres, fluviais e lacustre | Atributos para empreendimentos marítimos ou localizados concomitantemente nas faixas terrestre e marítima da Zona Costeira | Atributos para empreendimentos marítimos (profundidade em relação à lamina d'água) |
|-------|--|--|--|
| 1 | Impactos limitados a uma área de uma microbacia | Impactos limitados a um raio de 5 km | Profundidade maior ou igual a 200 m |
| 2 | Impactos que ultrapassem a área de uma microbacia limitados a área de uma bacia de 3ª ordem | Impactos limitados a um raio de 10 km | Profundidade inferior a 200 e superior a 100 m |
| 3 | Impactos que ultrapassem a área de uma bacia de 3ª ordem e limitados a área de uma bacia de 1ª ordem | Impactos limitados a um raio de 50 km | Profundidade igual ao inferior a 100 e superior a 50m |
| 4 | Impactos que ultrapassem a área de uma bacia de 1ª ordem | Impactos que ultrapassem o raio de 50 km | Profundidade inferior ou igual a 50 m |

Quadro 11.4 – Valores Referentes ao Índice de Temporalidade

CENTRAL GERADORA SOLAR FOTOVOLTAICA TAUÁ – TAUÁ / CE

| Valor | Atributo |
|-------|---|
| 1 | Imediata: até 5 anos após a instalação do empreendimento |
| 2 | Curta: superior a 5 anos e até 15 anos após a instalação do empreendimento |
| 3 | Média: superior a 15 anos e até 30 anos após a instalação do empreendimento |
| 4 | Longa: superior a 30 anos após a instalação do empreendimento |

Quadro 11.5 – Valores Referentes ao Índice de Comprometimento de Áreas Prioritárias

CENTRAL GERADORA SOLAR FOTOVOLTAICA TAUÁ – TAUÁ / CE

| Valor | Atributo |
|-------|---|
| 0 | Inexistência de impactos sobre áreas prioritárias ou impactos em áreas prioritárias totalmente sobrepostas a unidade de conservação |
| 1 | Impactos que afetam áreas de importância biológica alta |
| 2 | Impactos que afetam áreas de importância biológica muito alta |
| 3 | Impactos que afetam áreas de importância biológica extremamente alta ou classificadas como insuficientemente conhecida |

7.3. DO EMPREENDIMENTO

O Quadro 11.6 contém os índices relacionados a área do empreendimento e necessários ao cálculo do Grau de Impacto (GI).

Após o cálculo do Grau de Impacto (GI), o órgão ambiental responsável irá definir o valor adequado para a Compensação Ambiental.

7.3.1. Descrição dos Índices na Área do Empreendimento

7.3.1.1. Índice de Magnitude

Para o empreendimento **CENTRAL GERADORA SOLAR FOTOVOLTAICA TAUÁ** o índice de magnitude foi classificado, ora como de média magnitude ora como de pequena magnitude. Alguns receberam valoração grande a exemplo do impacto relacionado à supressão vegetal. Outros impactos como alteração da qualidade do ar, riscos de acidentes operacionais, foram mensurados como de magnitude pequena em relação ao comprometimento dos recursos ambientais, por serem impactos setorizados dentro do processo de instalação do empreendimento e desta forma não provocam alteração significativa aos componentes ambientais.

7.3.1.2. Índice de Biodiversidade

A área do empreendimento está inserida em área da depressão sertaneja englobando áreas com vegetação de Caatinga.

O ambiente da área quanto à biodiversidade encontra-se pouco comprometida, e neste sentido, deu-se valoração **2** para todos os impactos.

7.3.1.3. Índice de Abrangência

O índice de abrangência para o empreendimento **CENTRAL GERADORA SOLAR FOTOVOLTAICA TAUÁ** se baseou para mensuração de seu índice nos atributos para empreendimentos localizados em ambientes terrestres, fluviais e lacustre, limitados a área de uma microbacia.

Assim, os impactos referentes ao empreendimento são limitados aos riachos e reservatório inseridos na área, ou seja, limitados a área de uma microbacia recebendo valoração **1** para todos os impactos.

7.3.1.4. Índice de Temporalidade

Na avaliação do índice de temporalidade levou-se em consideração o tempo/duração de cada impacto no ambiente. Alguns impactos do empreendimento como o aumento do fluxo de veículos, lançamento de poeiras, geração de resíduos da construção e tensão emocional da população são temporários e de curta duração, finalizando-se ao final da etapa de implantação.

Ao contrário, outros impactos persistem por mais tempo no ambiente, mesmo cessada sua fonte. Para a área do empreendimento, dentre os impactos que persistirão por mais tempo no ambiente estão: perda de cobertura vegetal, alteração da paisagem, alterações morfológicas, entre outros.

7.3.1.5. Índice de Comprometimento de Áreas Prioritárias (ICAP)

Na área de influência indireta do empreendimento foram identificadas áreas prioritárias relativas ao bioma Caatinga. Para essa identificação utilizou-se a classificação e o mapa de áreas prioritárias do Decreto N°. 5092 de 21 de maio de 2004 e instituídas pelas Portarias: N°. 126 de 27 de maio de 2004, e N°. 09, de 23 de janeiro de 2007, ambas do Ministério do Meio Ambiente.

No contexto da Área de Influência Indireta do empreendimento ocorrem as seguintes áreas prioritárias: **Ca121, Ca 132, Ca 140 e Ca 142.**

A área de influência direta do empreendimento não se encontra inserida em nenhuma Área Prioritária.

Nesse sentido, de acordo com o Decreto N° 6.848/2009 para a classificação da área definiu-se a valoração **0** quando não havia previsão de interferência do impacto prognosticado sobre a área prioritária.

7.4. RESULTADO DA ANÁLISE DOS ÍNDICES

Para o empreendimento **CENTRAL GERADORA SOLAR FOTOVOLTAICA TAUÁ** com base nos índices propostos no anexo do Decreto N°. 4.340/2002, a partir da análise de cada impacto negativo do empreendimento utilizando as fórmulas indicadas deu-se valoração a cada índice chegando ao resultando final na forma de Grau de Impacto – GI.

Quadro 11.6 – Índices do Grau de Impacto do Empreendimento

CENTRAL GERADORA SOLAR FOTOVOLTAICA TAUÁ – TAUÁ / CE

| | Índice Magnitude | Índice de Biodiversidade | Índice Abrangência | Índice Temporalidade | Índice de Comprometimento de Área Prioritária | ISB | CAP |
|---|---------------------|-----------------------------|-----------------------|-------------------------|---|------------|------|
| Impactos de Caráter Negativos | (IM) | (IB) | (IA) | (IT) | ICAP | | |
| Alteração no perfil da população | 1,00 | 2,00 | 1,00 | 1,00 | 0,00 | 0,02857143 | 0,00 |
| Supressão da vegetação | 3,00 | 2,00 | 1,00 | 3,00 | 0,00 | 0,17142857 | 0,00 |
| Afugentamento da fauna | 1,00 | 2,00 | 1,00 | 3,00 | 0,00 | 0,05714286 | 0,00 |
| Alteração da paisagem | 1,00 | 2,00 | 1,00 | 3,00 | 0,00 | 0,05714286 | 0,00 |
| Alteração da qualidade do ar | 1,00 | 2,00 | 1,00 | 1,00 | 0,00 | 0,02857143 | 0,00 |
| Alteração sonora | 1,00 | 2,00 | 1,00 | 3,00 | 0,00 | 0,05714286 | 0,00 |
| Geração de resíduos sólidos | 1,00 | 2,00 | 1,00 | 3,00 | 0,00 | 0,05714286 | 0,00 |
| Risco de contaminação dos solos | 1,00 | 2,00 | 1,00 | 1,00 | 0,00 | 0,02857143 | 0,00 |
| Desconforto ambiental | 1,00 | 2,00 | 1,00 | 1,00 | 0,00 | 0,02857143 | 0,00 |
| Riscos ao patrimônio arqueológico não manifesto | 1,00 | 2,00 | 1,00 | 1,00 | 0,00 | 0,02857143 | 0,00 |
| Riscos de acidentes de percurso | 1,00 | 2,00 | 1,00 | 1,00 | 0,00 | 0,02857143 | 0,00 |
| Aumento do fluxo de veículos | 1,00 | 2,00 | 1,00 | 1,00 | 0,00 | 0,02857143 | 0,00 |
| Transtornos no fluxo de veículos | 1,00 | 2,00 | 1,00 | 1,00 | 0,00 | 0,02857143 | 0,00 |
| Tensão emocional | 1,00 | 2,00 | 1,00 | 1,00 | 0,00 | 0,02857143 | 0,00 |
| Alteração da dinâmica do ecossistema | 1,00 | 2,00 | 1,00 | 2,00 | 0,00 | 0,04285714 | 0,00 |
| Acirramento de processos erosivos | 2,00 | 2,00 | 1,00 | 1,00 | 0,00 | 0,05714286 | 0,00 |
| Alteração do comportamento hídrico | 1,00 | 2,00 | 1,00 | 1,00 | 0,00 | 0,02857143 | 0,00 |
| Riscos de acidentes de trabalho | 1,00 | 2,00 | 1,00 | 3,00 | 0,00 | 0,05714286 | 0,00 |
| Alterações geotécnicas | 1,00 | 2,00 | 1,00 | 1,00 | 0,00 | 0,02857143 | 0,00 |
| Alteração da Qualidade da Água | 1,00 | 2,00 | 1,00 | 1,00 | 0,00 | 0,02857143 | 0,00 |
| Riscos de acidentes com a fauna | 1,00 | 2,00 | 1,00 | 1,00 | 0,00 | 0,02857143 | 0,00 |
| Risco de acidentes operacionais | 1,00 | 2,00 | 1,00 | 1,00 | 0,00 | 0,02857143 | 0,00 |
| Instabilidade temporária da superfície | 1,00 | 2,00 | 1,00 | 1,00 | 0,00 | 0,02857143 | 0,00 |
| Decréscimo na oferta de emprego/renda | 1,00 | 2,00 | 1,00 | 1,00 | 0,00 | 0,02857143 | 0,00 |
| MÉDIA | | | | | | 0,0422619 | 0,00 |

Para o cálculo de grau de impacto calculou-se a média do ISB e CAP de cada um dos impactos negativos do empreendimento, além do IUC. Quadro 11.7.

Quadro 11.7 – Grau de Impacto - GI
CENTRAL GERADORA SOLAR FOTOVOLTAICA TAUÁ – TAUÁ / CE

| GI = ISB+CAP+IUC | | | |
|------------------|-------|----|-------|
| ISB | 0,042 | GI | 0,042 |
| CAP | 0,00 | | |
| IUC | 0 | | |

7.5. PLANILHA DE CUSTOS DO EMPREENDIMENTO

O valor total do investimento da empresa **MPX TAUÁ ENERGIA SOLAR LTDA.** está estimado em **R\$ 170.000.000,00** (Cento e setenta milhões de reais), custeados por capital próprio e financiamentos específicos para geração de energia. Quadro 11.8.

7.6. SUGESTÃO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS

De acordo com o art. 10, da Resolução CONAMA Nº 371, de 05 de abril de 2006, a qual estabelece diretrizes aos

órgãos ambientais para o cálculo, cobrança, aplicação, aprovação e controle de gastos de recursos advindos de compensação ambiental, o empreendedor:

“observados os critérios estabelecidos no art. 9º desta Resolução, deverá apresentar no EIA/RIMA sugestões de unidades de conservação a serem beneficiadas ou criadas”.

Desta forma, seguindo os critérios estabelecidos na referida Resolução, bem como no Decreto Nº 6.848/2009, tendo em vista que no município de Tauá existe a unidade de conservação Monumento Natural do Serrote Quinamuiú, de importância ambiental e ecológica e associado ao fato do valor ambiental, histórico e arqueológico verificado e reconhecido no Município, sugere-se a destinação dos recursos para essa unidade de conservação já existente.

Vale ressaltar que os critérios e normas para criação, implantação e gestão das unidades de conservação devem seguir a Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC.

Quadro 11.8 – Cronograma Físico-Financeiro de Implantação

CENTRAL GERADORA SOLAR FOTOVOLTAICA TAUÁ – TAUÁ / CE

| Atividades em Campo | Mês | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|------|-------|-------|-------|-------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| | -2 | -1 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 |
| SUPRESSÃO VEGETAL, TERRAPLENAGEM E DRENAGEM | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| INSTALAÇÃO DE MARCOS E CERCA DO TERRENO | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| BASES CIVIS ESTRUTURAS MÓDULOS SOLARES | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| MONTAGEM DAS ESTRUTURAS METÁLICAS DOS MÓDULOS SOLARES | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| MONTAGEM DOS MÓDULOS SOLARES | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| TRINCHEIRAS PARA CABOS DC/AC | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| MALHA DE ATERRAMENTO DOS MÓDULOS SOLARES | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| BASES CIVIS E INFRAESTRUTURA DO SKID INVERSOR / TRANSFORMADOR | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| MONTAGEM DO SKID INVERSOR / TRANSFORMADOR | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| MONTAGEM ELÉTRICA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| SISTEMA SUPERVISÓRIO | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| COMISSIONAMENTO | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Cronograma Financeiro | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Custos (% mensal) | 0,5% | 0,5% | 1% | 1% | 2% | 3% | 4% | 5% | 5% | 5% | 6% | 8% | 9% | 11% | 10% | 8% | 5% | 5% | 5% | 4% |
| Custos (% acumulado) | 1% | 1% | 2% | 3% | 5% | 7% | 11% | 15% | 20% | 25% | 31% | 39% | 48% | 59% | 69% | 77% | 82% | 87% | 92% | 96% |
| Custos (R\$ x 1000 mensal) | 850 | 850 | 1.700 | 1.700 | 2.550 | 4.250 | 5.950 | 7.650 | 8.500 | 8.500 | 10.200 | 13.600 | 15.300 | 18.700 | 17.000 | 13.600 | 8.500 | 8.500 | 7.650 | 6.800 |
| Custos (R\$ x 1000 acumulado) | 850 | 1.700 | 3.400 | 5.100 | 7.650 | 11.900 | 17.850 | 25.500 | 34.000 | 42.500 | 52.700 | 66.300 | 81.600 | 100.300 | 117.300 | 130.900 | 139.400 | 147.900 | 155.550 | 162.350 |

Fonte: MPX Tauá Energia Solar Ltda